

CARTOGRAFIA DO DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (1980-2000)

Dismemberment cartography of municipalities in the Rio Grande do Norte State (1980-2000)

Cartografía del Desmembramiento de municipios en el Estado del Río Grande do Norte (1980-2000)



Josiel de Alencar GUEDES – Bacharel e Licenciado em Geografia, Mestre em Geociências e Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Assú, RN, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) no Campus Mossoró, RN. **ORCID ID:** <https://orcid.org/0000-0001-6436-563X> **CURRICULUM** **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/0946292950949956>
EMAIL: josielguedes@uern.br

Francisca Wigna da Silva FREITAS – Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, mestrado em Ciências Naturais (PPGCN/UERN). Pesquisador do grupo de pesquisa Ambiente e Sociedade (UERN/Campus Assú) e professora provisória da Escola Municipal Professor José Porto de Queirós, Itaú, RN. **ORCID ID:** <https://orcid.org/0000-0003-1275-6190> **CURRICULUM** **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/5325941486381430>
EMAIL: wignagreitas@yahoo.com.br

RESUMO

O Estado do Rio Grande do Norte (RN) está localizado na Região Nordeste do Brasil sendo considerado um dos menores em relação às dimensões territoriais. É um estado federado com divisões municipais estando atualmente dividido em 167 municípios. Ao longo de sua formação, o RN tem se fragmentado em vários municípios desde o período imperial. Na década de 1980 e especialmente na década de 1990 houveram diversas fragmentações que ocasionaram a criação de novos municípios. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo apresentar cartograficamente o processo de desmembramento e criação de novos municípios no Estado do RN, ao longo das décadas de 1980 e 1990. Para atingir os objetivos, foram realizadas leituras sobre o processo de emancipação de municípios no Brasil e especialmente no RN, além da elaboração da cartografia utilizando o programa de software livre QGis (versão 2.14.11). Na década de 1980 foram criados dois novos municípios enquanto na década seguinte criaram-se 15 municípios. Foram elaborados ao todo 10 mapas onde são apresentados os municípios emancipados por microrregião geográfica.

Palavras-chave: Representação cartográfica. Rio Grande do Norte. Municípios.

Histórico do artigo

Recebido: 29 setembro, 2019
Aceito: 22 novembro, 2019
Publicado: 31 dezembro, 2019

ABSTRACT

The state of Rio Grande do Norte (RN) is located in the Northeast of Brazil and is considered one of the smallest in relation to territorial dimensions. It is a federated state with municipal divisions currently being divided into 167 municipalities. Throughout its formation, the RN has been fragmented in several municipalities since the imperial period. In the 1980s and especially in the 1990s there were several fragmentations that led to the creation of new municipalities. In this sense, this article aims to present cartographically the process of dismemberment and creation of new municipalities in the State of RN, during the 1980s and 1990s. To reach the objectives, readings were made about the process of emancipation of municipalities in Brazil, and especially in RN, besides the cartography elaboration using the free software program QGis (version 2.14.11). In the 1980s two new municipalities were created while in the following decade 15 municipalities were created. A total of 10 maps were elaborated showing the municipalities emancipated by geographic microregion.

Keywords: Cartographic Representation. Rio Grande do Norte State. Municipalities.

RESUMEN

El Estado del Rio Grande do Norte (RN) está localizado en la Región Nordeste de Brasil y es considerado uno de los más pequeños en relación con las dimensiones territoriales. Es un estado federado con divisiones municipales actualmente divididas en 167 municipios. A lo largo de su formación, el RN se ha fragmentado en varios municipios desde el período imperial. En la década de 1980 y especialmente en la década de 1990 hubo varias fragmentaciones que condujeron a la creación de nuevos municipios. En este sentido, este artículo tiene como objetivo presentar cartográficamente el proceso de desmembramiento y creación de nuevos municipios en el Estado de RN, durante los años ochenta y noventa, y especialmente en RN, además de la elaboración de cartografía utilizando el programa de software libre QGis (versión 2.14.11). En la década de 1980 se crearon dos nuevos municipios, mientras que en la década siguiente se crearon 15 municipios. Se elaboraron un total de 10 mapas que muestran los municipios emancipados por la microrregión geográfica.

Palabras-clave: Representación cartográfica. Estado del Rio Grande do Norte. Municipios.

1 INTRODUÇÃO

Os municípios brasileiros são as menores unidades de administração local. Elas integram os Estados da Federação e são regidas por governantes (prefeitos) e legisladores (vereadores) eleitos por voto popular.

Ao longo da história brasileira mudanças na estrutura governamental incidiram na criação dos atuais estados e municípios. O processo de criação de município perpassa por uma discussão longa entre os munícipes e as assembleias estaduais e estudos têm mostrado a relação existente entre oligarquias, quer locais ou mesmo a nível estadual, que desfragmentaram diversos municípios nos estados para se perpetuarem no poder (GOMES, 2015; BARBOSA, 2016).

Carvalho & Lessa (2012, p.6) entendem que “é necessário uma análise mais acurada das relações que se estabeleceram entre os diferentes grupos de poder seja ele

político, econômico e/ou social, assim como suas articulações no plano local e nas esferas estaduais e até mesmo federais”.

Segundo Cigolini (2017) a criação de novos municípios ocorre por dois vieses: um negativo, no que diz respeito a criação de novas máquinas públicas e de recursos necessários para os novos municípios; e o positivo, este visto na particularidade desses, no qual, destaca-se os efeitos positivos nos lugares que passaram por esse processo. Ainda expõe que em escala local, essas emancipações só ocorrem com a participação ativa dos atores sociais locais, no qual, se demonstram dispostos a buscar essa mudança.

Cigolini (2017) acredita que a compreensão das emancipações municipais, utilizando a observação locais, só pode ser compreendida no Estado Federado no qual cada emancipação pode ocorrer por motivos diferenciados, e as causas modificam nas diversidades dos Estados.

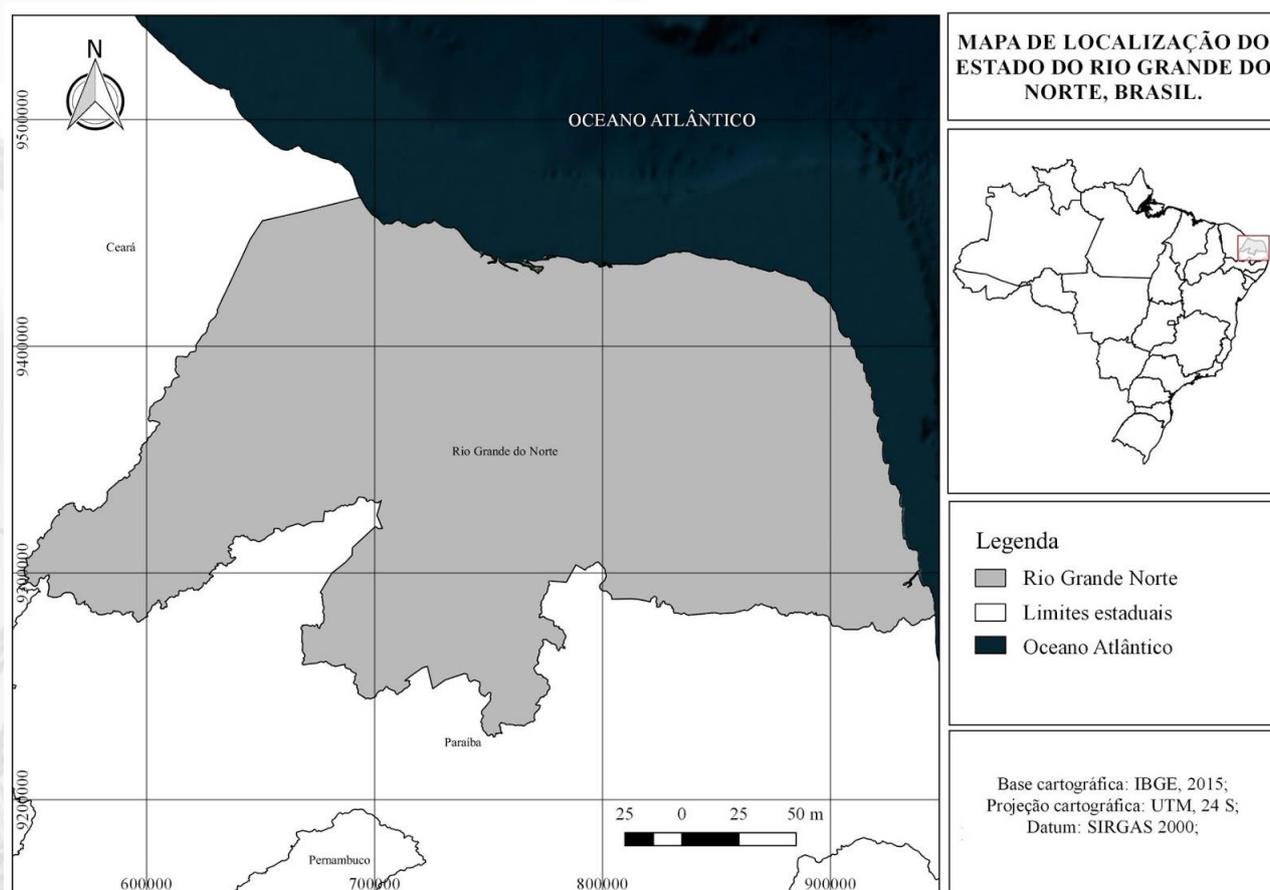
Nesse sentido, o artigo objetiva mostrar a configuração cartográfica dos municípios desmembrados no período entre a década de 1980 e 2000.

2 ÁREA DE ESTUDO

O Rio Grande do Norte (Figura 1) é um dos nove Estados da Região Nordeste estando localizado no extremo leste da região. Limita-se ao Norte e a leste com o Oceano Atlântico, ao Sul com o Estado da Paraíba e a Oeste com o Estado do Ceará. Possui uma área de 53.306 Km² sendo um dos menores correspondendo à 0,62% em termos de área absoluta (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2006). Possui uma população estimada de 3.479.010 habitantes (IBGE, 2018).

O estado possui dois tipos climáticos que se destacam: o clima Tropical do Nordeste Oriental e o Tropical de Zona Equatorial (DINIZ; PEREIRA, 2015). O macrorrelevo é formado pelas unidades morfoestruturais Cinturão Orogênico Brasileiro e Bacias Sedimentares Marginais (DINIZ; OLIVEIRA; MAIA, 2017). As unidades de paisagens que se destacam são os Domínios das Depressões Interplanálticas Semiáridas do Nordeste, as áreas de Transição e os Domínios de Mares de Morros Florestados (DINIZ; OLIVEIRA, 2018).

Figura 01 – Mapa de localização do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.



Fonte: IBGE, 2015. Elaborado pelos autores, 2017.

O Estado estava dividido, até 2017, em 4 mesorregiões e dezenove microrregiões, sendo elas a Oeste Potiguar (Chapada do Apodi, Médio Oeste, Mossoró, Pau dos Ferros, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Açu), a Leste Potiguar (Litoral Nordeste, Litoral Sul, Macaíba, Natal), a Central Potiguar (Angicos, Macau, Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Serra de Santana) e a Agreste Potiguar (Agreste Potiguar, Baixa Verde e Borborema Potiguar) (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2006).

3 MATERIAIS E METODOS

Para a realização desse estudo tomou-se como abordagem metodológica a espacialização de mapas temáticos, que na concepção de Martinelli (2003, p. 11) é “um meio de registro, de pesquisa e de comunicação dos resultados obtidos em seus estudos e não apenas como mera ilustração”. Assim para a elaboração desse trabalho foram seguidas duas etapas: a primeira consistiu no levantamento bibliográfico sobre o processo

de emancipação municipal ocorrido no Brasil baseado nos autores Cachatori; Cigoloni (2013), Cigolini (2011; 2012; 2015; 2017), Magalhães (2007) e Souza (2015). Especificamente sobre o processo de construção e transformação territorial do Estado do Rio Grande do Norte, foram utilizados autores como Andrade (1995); Barbosa (2016) e Gomes (1997; 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criação dos municípios potiguares pós-constituição de 1988 foi disciplinada com a promulgação da Lei Complementar 102/1992 (RN, 1992). A partir do final do século XIX há no Brasil a criação acelerada de municípios. Isso pode ser observado no período entre 1980 e 2010, no qual foram criados mais de 1500 novos municípios (MAGALHÃES, 2007; CIGOLINI, 2012; 2017; CACHATORI; CIGOLINI, 2013; SOUZA, 2015). Em particular, no Rio Grande do Norte foram criados, a partir de 1980, dezessete territórios municipais (GOMES, 2015).

Desde o início da colonização do Brasil ocorre fragmentações territoriais com criação de vários municípios em todos os estados brasileiros. O Rio Grande do Norte é um Estado considerado pequeno, mas apesar dessa característica, ocorreram várias fragmentações em seu território culminando com 167 municípios nos dias atuais.

Soares; Gerardi (1984) fazem um levantamento temporal mostrando a fragmentação territorial na criação de novos municípios no Estado do Rio Grande do Norte até o final da década de 1970. Nas duas décadas subsequentes houveram novas fragmentações com a criação de 02 municípios (1980) e de 15 municípios na década 1990. A partir da década de 2000 ocorreu um arrefecimento no processo de desmembramentos municipais. Nesse texto, as autoras apresentam em tabelas e figuras, um levantamento temporal de criação e respectivos desmembramentos de municípios do Estado do Rio Grande do Norte, sistematizando as informações sobre os eles até o início da década de 1970. Como esses dados eram encontrados de forma esparsa, algumas datas são colocadas em dúvidas pelas autoras, mas cabe destacar, que não há uma discussão aprofundada sobre o processo de criação e emancipação dos municípios, uma vez que no período, não havia ainda um olhar na Geografia sobre essa temática, principalmente no Rio Grande do Norte.

Cascudo (1968) e Dantas (1988) descrevem, em seus textos, um pouco sobre o processo histórico da formação dos municípios, mas não chegam a discutir profundamente

questões políticas, econômicas ou sociais relacionadas aos desmembramentos que ocorreram.

Na década de 1980, com a proliferação de novos municípios, começaram a aparecer estudos sobre a temática. Para o Estado do Rio Grande do Norte, Gomes (1997) realizou um estudo aprofundado sobre a criação dos novos municípios emancipados no período da década de 1990, a partir dos atores sociais envolvidos no processo. Para Gomes (2015, p.233) “[...] a fragmentação, sob a ótica da institucionalização administrativa do território, cria as condições da gestão do território, na medida em que possibilita a formação de uma elite política local [...]”. Para a autora (2015, p.51) o município “deve ser foco de esforços permanentes, por parte de seus gestores e também de pesquisadores, visando sua evolução e aprimoramento, enquanto espaço de trabalho, sobrevivência e convivência humana”.

No quadro 01 e na figura 02 são visualizados os municípios criados a partir de 1981 até o ano de 2000 e de seus respectivos municípios de origem.

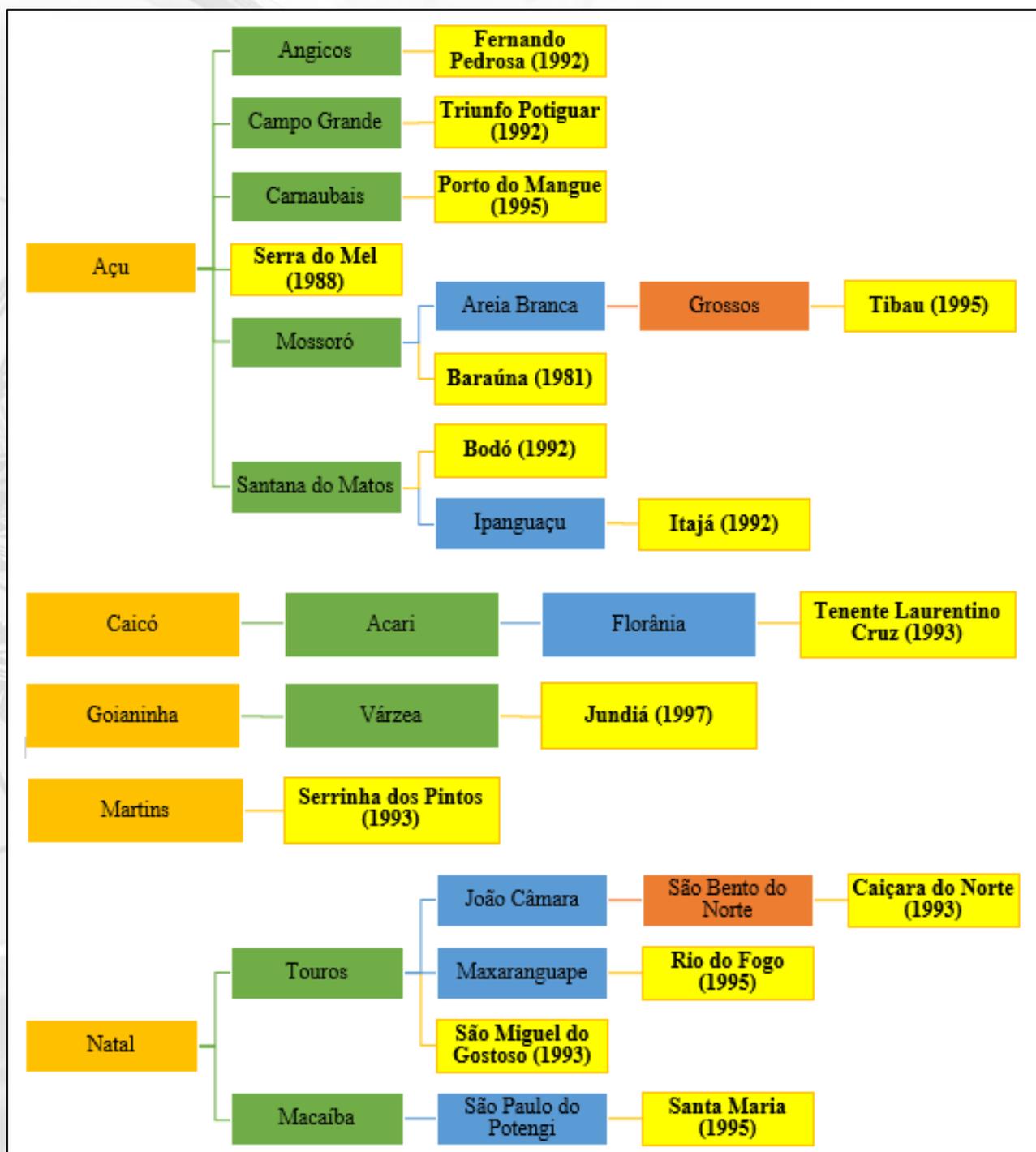
Quadro 01 – Municípios criados nas décadas de 1980 e 1990.

Microrregião	Município de origem	Novo Município	Ano de emancipação	Ano de instalação
Agreste Potiguar	São Paulo do Potengi	Santa Maria	1995	1997
	Várzea	Jundiá	1997	2000
Angicos	Angicos	Fernando Pedrosa	1992	1997
Litoral Nordeste	Maxaranguape	Rio do Fogo	1995	1997
	Touros	São Miguel do Gostoso	1993	1997
Macau	São Bento do Norte	Caiçara do Norte	1993	1997
Médio Oeste	Campo Grande	Triunfo Potiguar	1992	1997
Mossoró	Mossoró	Baraúna	1981	1997
	Açu, Areia Branca, Carnaubais e Mossoró	Serra do Mel	1988	1997
	Grossos	Tibau	1995	1997
Serra de Santana	Santana do Matos	Bodó	1992	1997
	Florânia	Tenente Laurentino Cruz	1993	1997
Serra de São Miguel	Luís Gomes	Major Sales	1992	1997
	São Miguel	Venha Ver	1992	1997
Umarizal	Martins	Serrinha dos Pintos	1993	1997
Vale do Açu	Ipangaçu	Itajá	1992	1997
	Carnaubais	Porto do Mangue	1995	1997

Fonte: Moraes (1998) e Gomes (2015).

Dos municípios originais, ou Vilas como eram conhecidas à época, onde ocorreram desmembramentos municipais, Açu se destaca com um total de 16 municípios sendo 8 só no período das décadas de 1980 e 1990, seguido por Natal com 10 no total, mas 4 apenas na década de 1990. Caicó, Goianinha e Martins tiveram, respectivamente, 1 município criado na década de 1990.

Figura 02 – Organograma do desmembramento dos novos municípios.



Fonte: Organizado pelos autores, 2018.

A construção territorial dos municípios potiguares teve início no período imperial (CIGOLINI, 2015) com a existência de apenas 6 municípios (CIGOLINI, 2011). Deles se seguiram o desmembramento de novos municípios, culminando com a configuração territorial atual em 167 municípios (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2006).

A partir do início da década de 1990, já no período pós ditadura militar, com uma nova constituição em vigor (SOUZA, 2015), cresceram os movimentos políticos das oligarquias locais, que têm dominado o poder nos municípios e provocando rupturas e desigualdades socioespaciais como forma de manutenção de suas regalias eleitorais (BARBOSA, 2016).

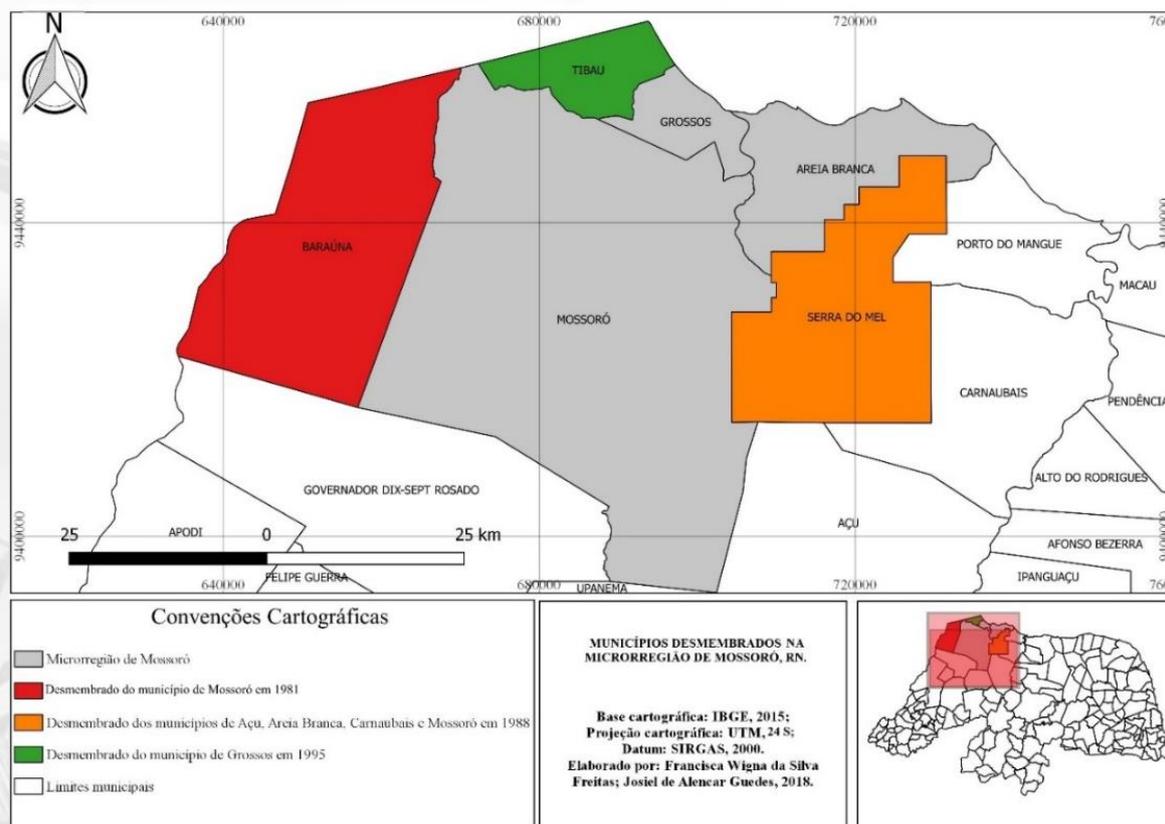
Nesse sentido, Gomes (2015) afirma que “embora fique claro que o processo de criação dos novos municípios desenvolvidos no RN assumiu um caráter institucional, não podemos negligenciar as determinações políticas que os envolveram (Id., p.248).

A partir do início da década de 1980 houve movimentos para a criação de novos municípios. Assim, teve início na microrregião de Mossoró (Figura 03), o desmembramento de dois novos municípios, Baraúna (1981) criado pela Lei 5.107 de 15 de dezembro de 1981 desmembrado do município de Mossoró e Serra do Mel (1988), a partir da Lei n.803 de 13 de maio de 1988 com a especificidade do seu território ter sido formado a partir do desmembrado dos municípios de Açu, Areia Branca, Carnaubais e Mossoró (MORAIS, 1998). O novo município de Tibau, criado pela Lei 6.840 de 21 de dezembro de 1995 e desmembrado do município de Grossos (MORAIS, 1998; GOMES, 2015).

A criação de novos municípios seguiu um período histórico a qual Gomes (2015) chama de período da redemocratização e, nesse período houve muitas fragmentações em todos os Estados do Brasil. No Rio Grande do Norte o desmembramento não ocorreu em todas as microrregiões, uma vez que, *algumas áreas são mais fragmentadas que outras, gerando uma divisão político-administrativa diferenciada no que se refere às dimensões territoriais dos municípios* (GOMES, 2015, p.248)

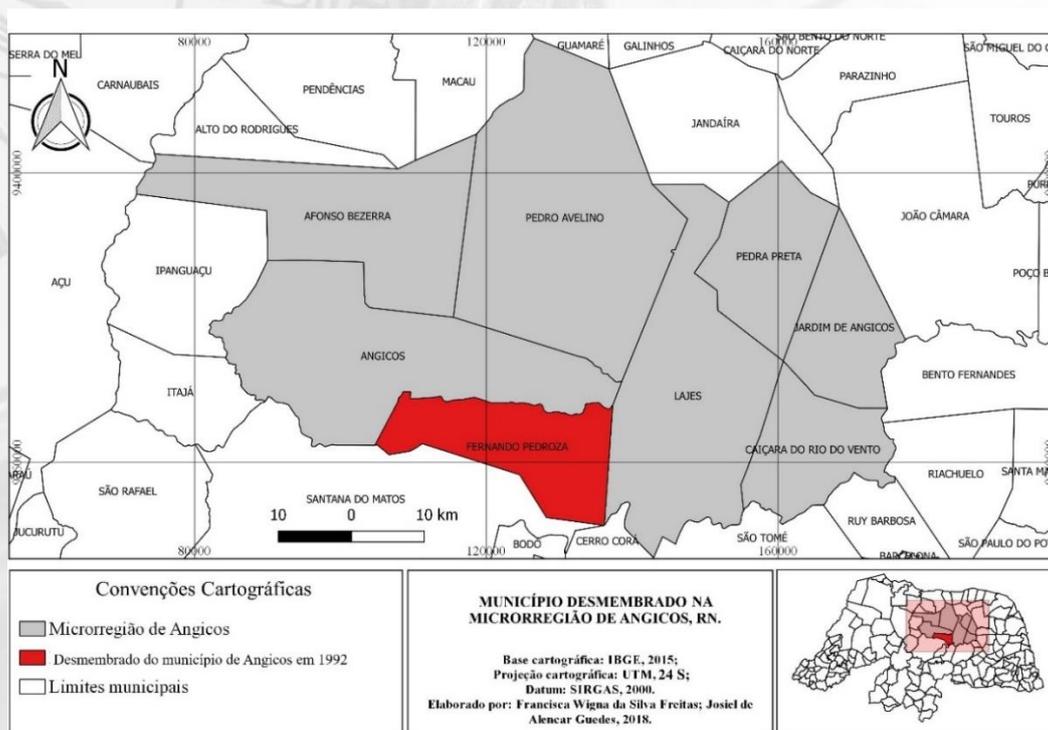
Na microrregião de Angicos (Figura 4) foi criado pela Lei n.6.301 de 26 de junho de 1992, o município de Fernando Pedrosa, tendo sido desmembrado do município de Angicos (MORAIS, 1998; GOMES, 2015).

Figura 03 – Municípios da microrregião de Mossoró



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

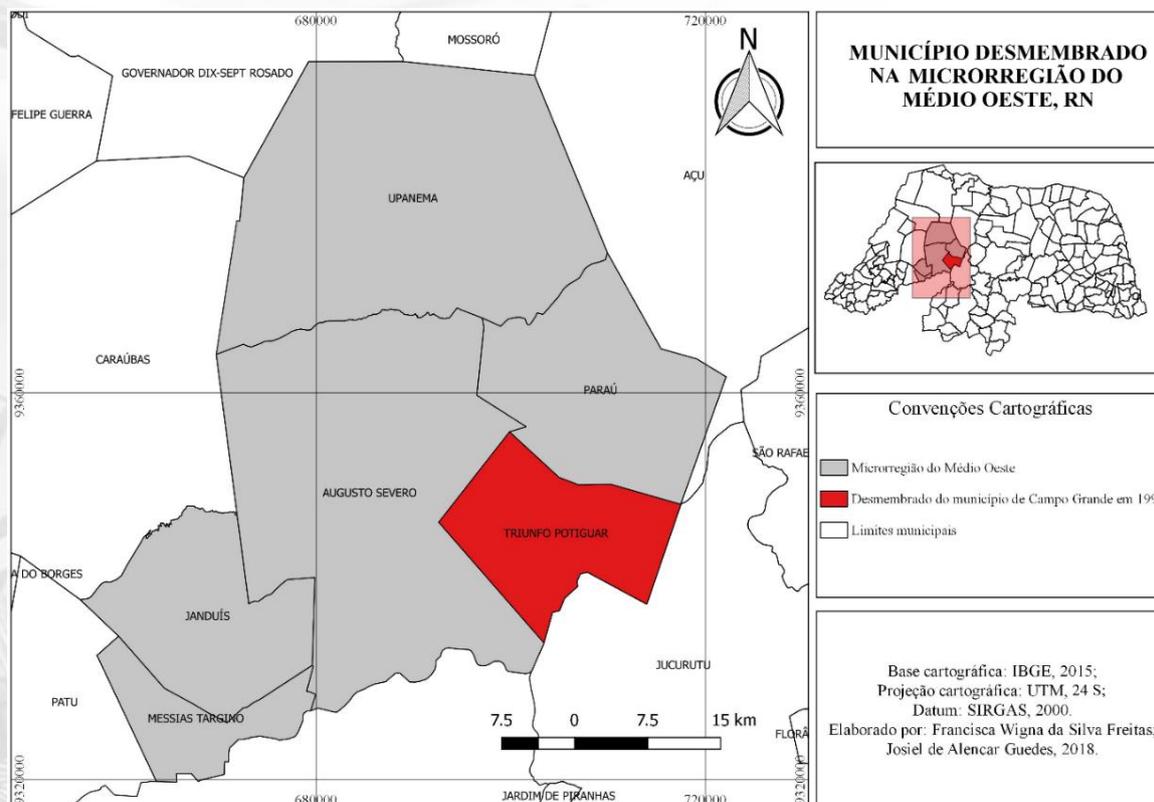
Figura 04 – Municípios da microrregião de Angicos.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Na microrregião do Médio Oeste (Figura 5), o município de Triunfo Potiguar foi criado pela Lei 6.303 de 26 de junho de 1992, desmembrado do município de Campo Grande.

Figura 05 – Municípios da microrregião do Médio Oeste.

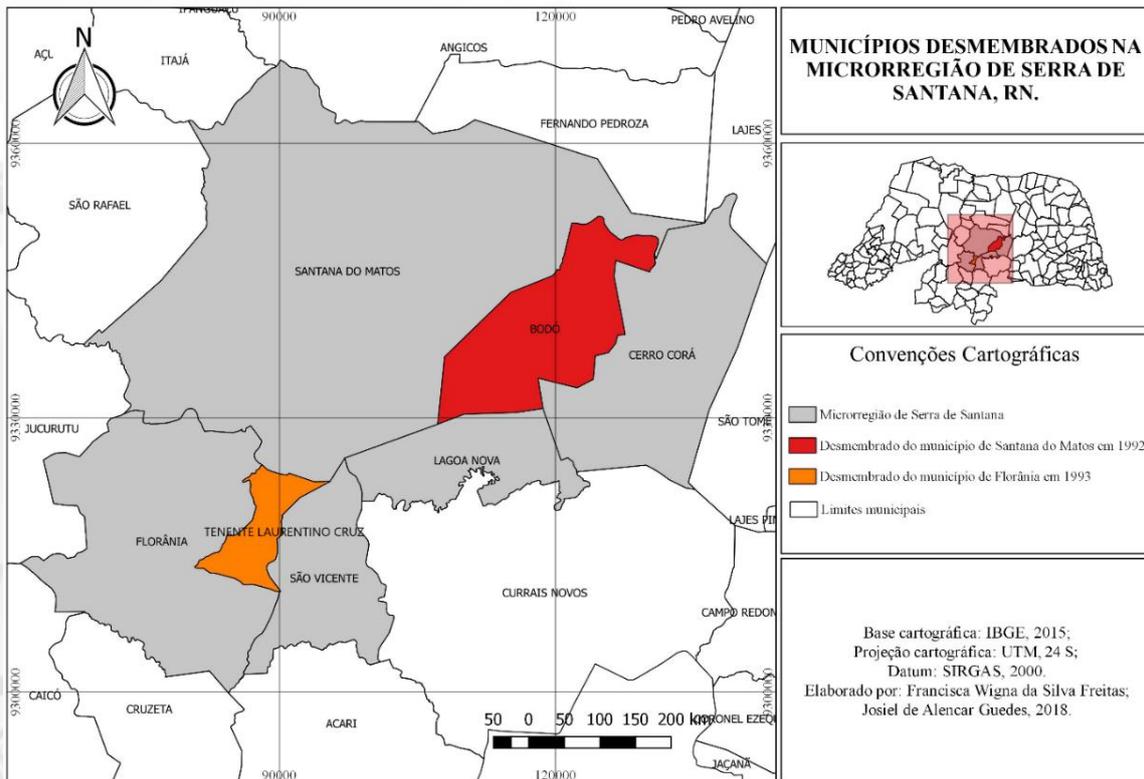


Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Na microrregião de Serra de Santana (Figura 06) foram criados os municípios de Bodó, criado pela Lei 6.300 de 26 de junho de 1992, desmembrado do município de Santana do Matos, enquanto o município de Tenente Laurentino Cruz foi criado pela Lei 6.450 de 16 de julho de 1993 e desmembrado do município de Florânia (MORAIS, 1998; GOMES, 2015).

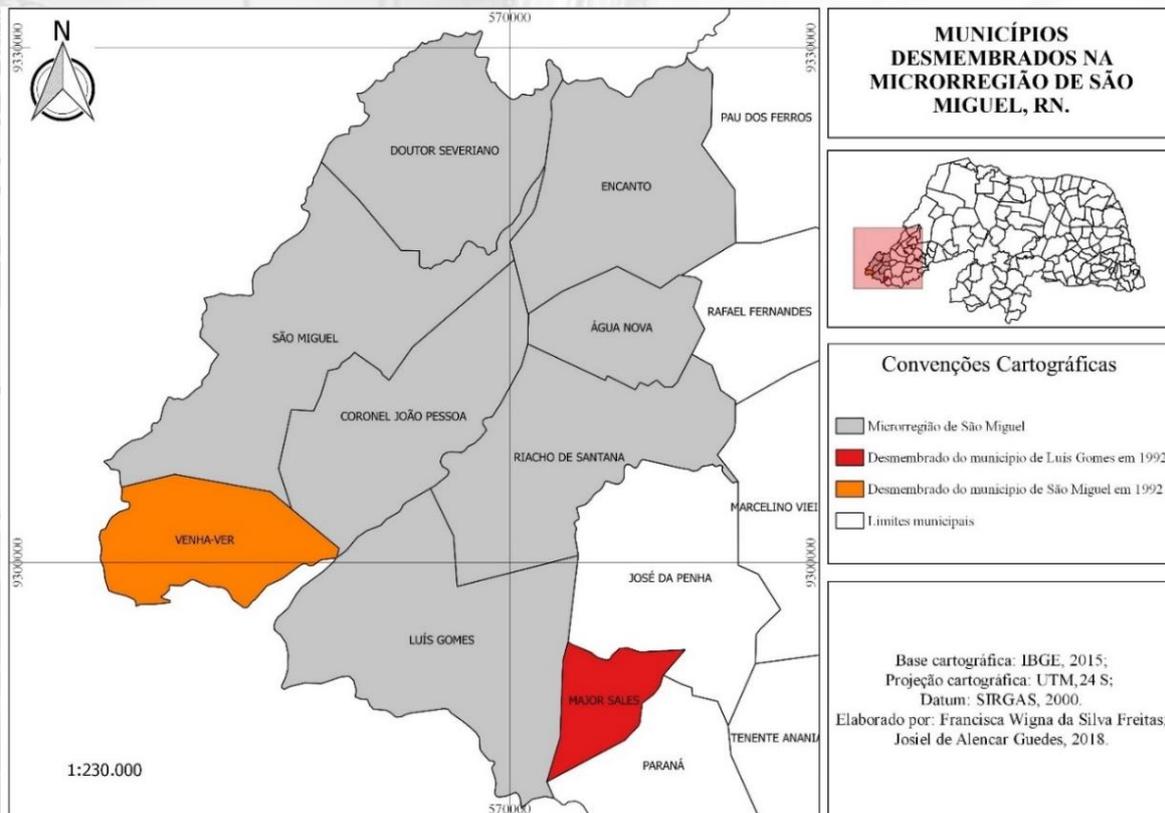
Na microrregião de São Miguel (Figura 07) houve a criação de mais dois novos municípios. O município de Major Sales foi criado pela Lei 6.298 de 26 de junho de 1992 e desmembrado do município de Luís Gomes; o município de Venha Ver foi criado pela Lei 6.302 de 26 de junho de 1992 e desmembrado do município de São Miguel (MORAIS, 1998; GOMES, 2015).

Figura 06 – Municípios da microrregião de Serra de Santana.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

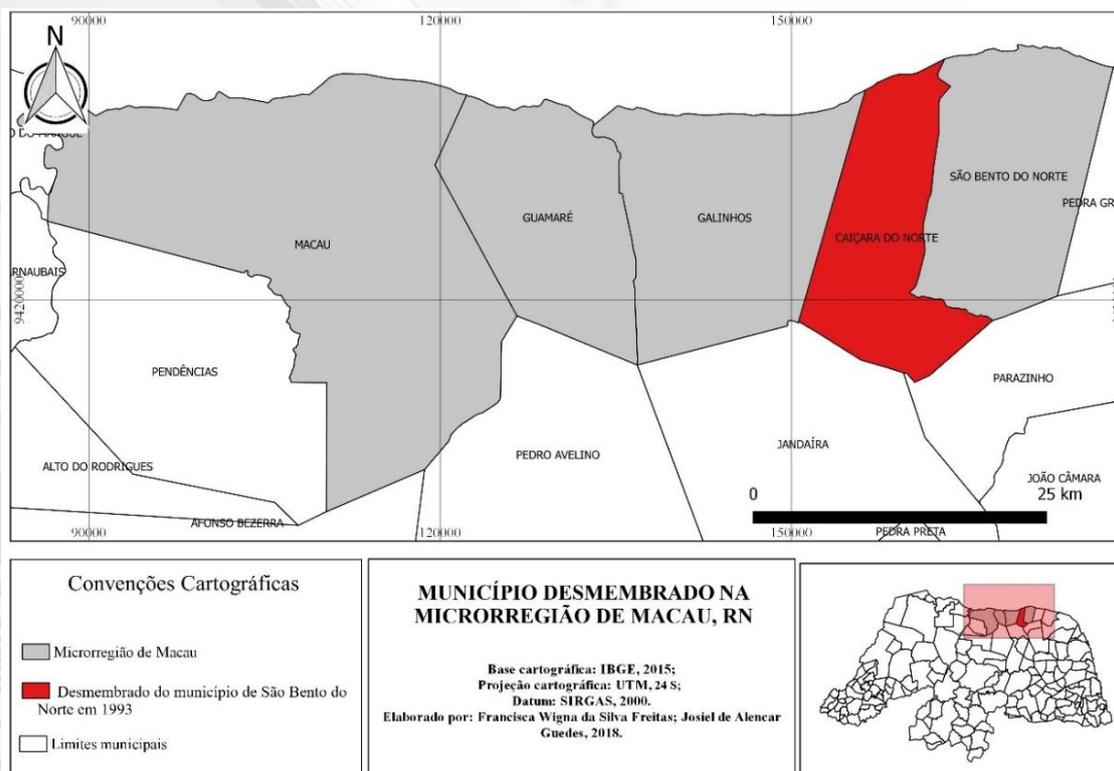
Figura 07 – Municípios da microrregião de São Miguel.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

No ano de 1993 foi criado o município de Caiçara do Norte pela Lei 6.451 de 16 de julho de 1993 e desmembrado do município de São Bento do Norte, localizado na microrregião de Macau (Figura 8). Na microrregião de Umarizal (Figura 9) o município de Serrinha dos Pintos foi criado pela Lei 6.492 de 30 de outubro de 1993 e desmembrado do município de Martins (MORAIS, 1998; GOMES, 2015).

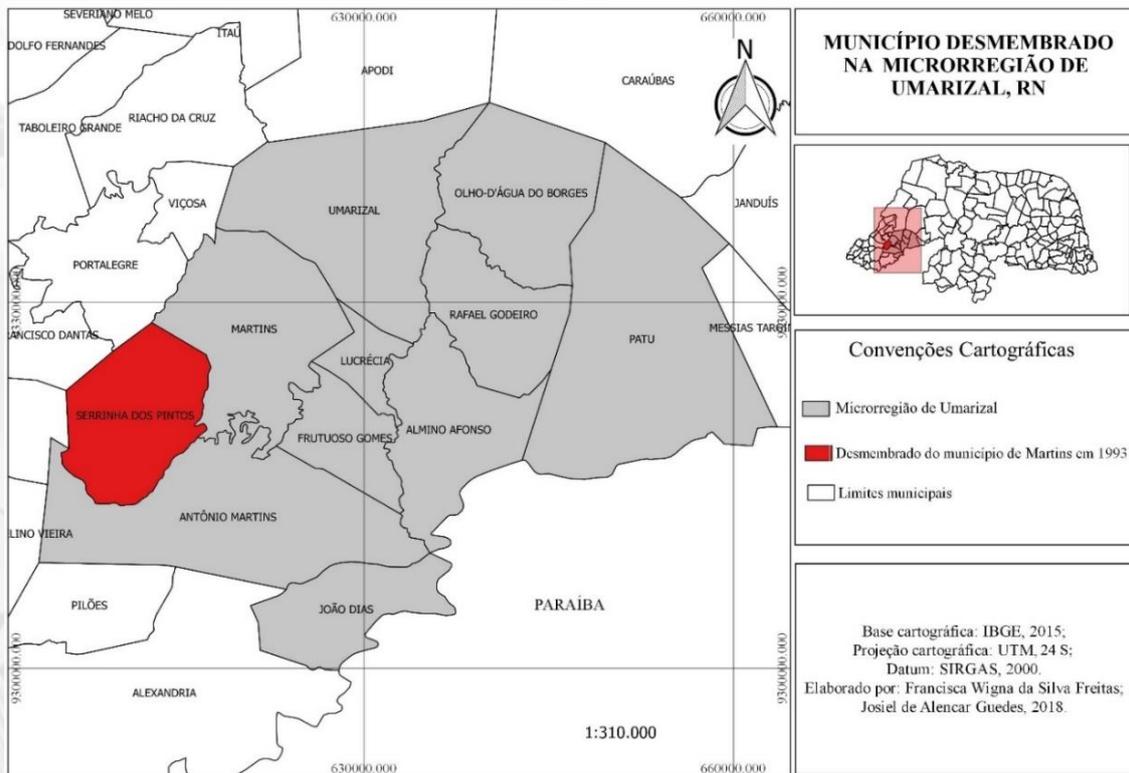
Figura 08 – Municípios da microrregião de Macau



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

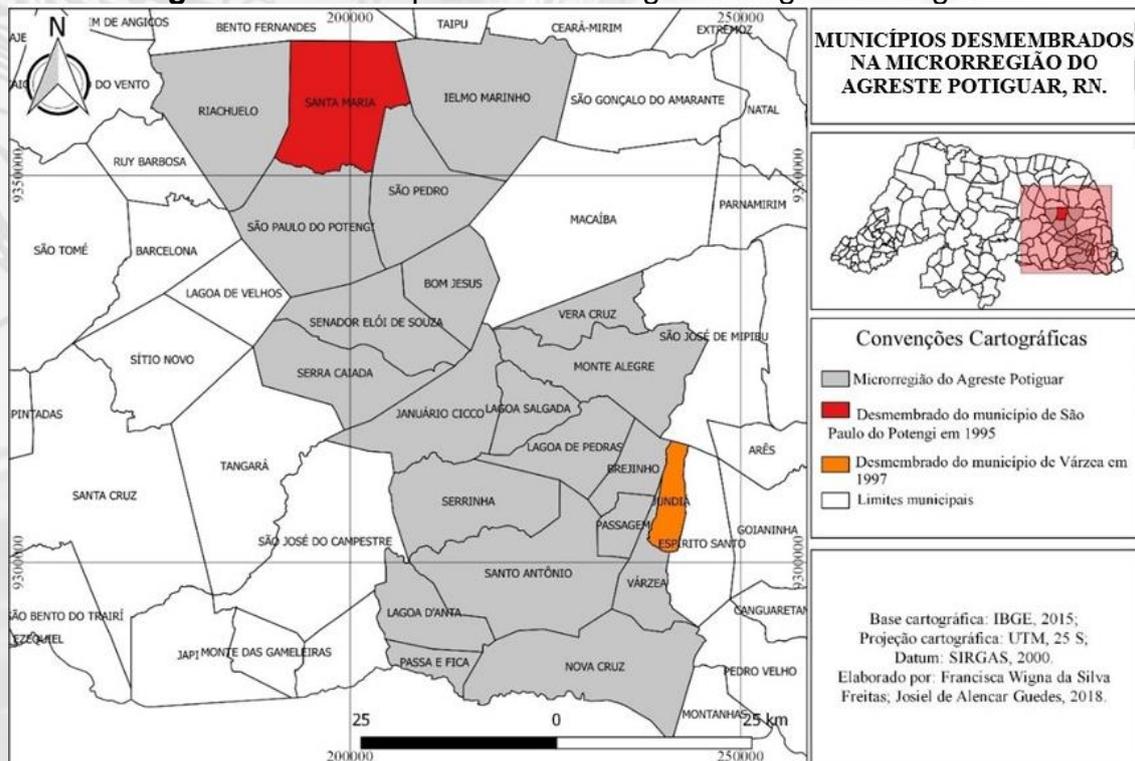
Na microrregião do Agreste Potiguar (Figura 10) houve a criação de mais dois novos municípios, porém, em anos diferentes. O município de Santa Maria criado pela Lei 6.841 de 21 de dezembro de 1995 e desmembrado do município de São Paulo do Potengi. O município de Jundiá foi criado pela Lei 6.985 de 09 de junho de 1997 e desmembrado do município de Várzea (GOMES, 2015).

Figura 09 – Municípios da microrregião de Umarizal.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

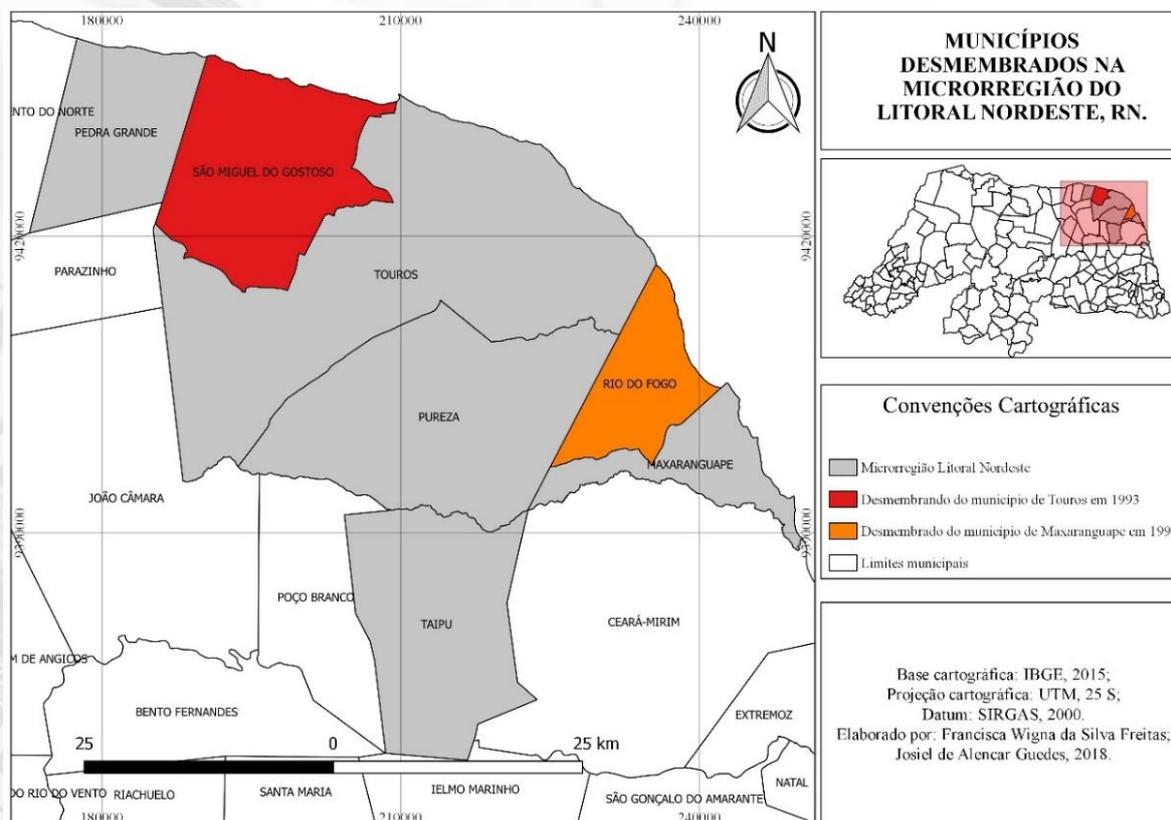
Figura 10 – Municípios da microrregião de Agreste Potiguar.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Na microrregião do Litoral Nordeste (Figura 11) surgiram os municípios de Rio do Fogo, criado pela Lei 6.842 de 21 de dezembro de 1993 e desmembrado de Maxaranguape, enquanto o novo município de São Miguel do Gostoso, criado pela Lei 6.452 de 16 de julho de 1993, foi desmembrado do município de Touros (MORAIS, 1998; GOMES, 2015).

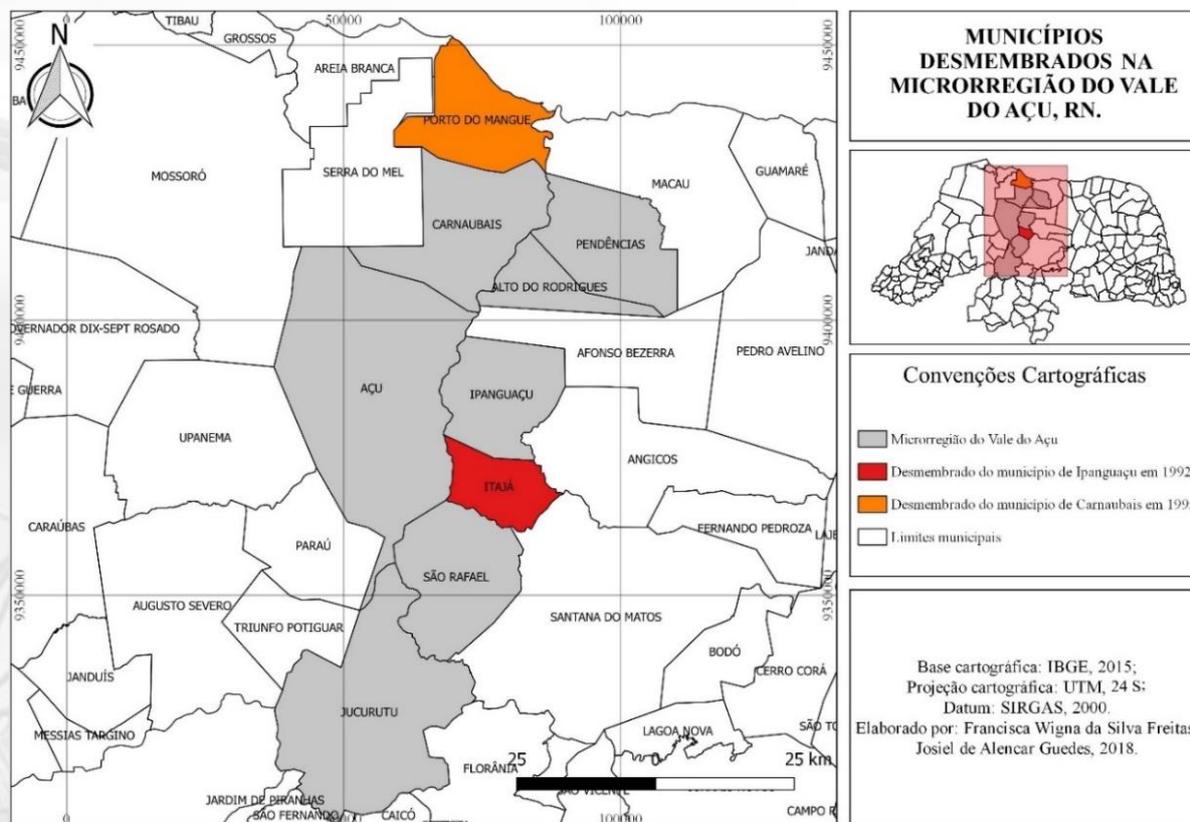
Figura 11 – Municípios da microrregião do Litoral Nordeste



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Na microrregião do Vale do Açu foram, também, criados dois novos municípios. Porto do Mangue, pela Lei 6.851 de 28 de dezembro de 1995, e desmembrado do município de Carnaubais (MORAIS, 1998; GOMES, 2015). O município de Itajá foi criado pela Lei 6.299 de 26 de junho de 1992 e desmembrado de Ipangaçu.

Figura 12 – Municípios da microrregião do Vale do Açu.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Após esse período e na década de 2000, não houveram mais desmembramentos municipais, mas isso não arrefeceu o ímpeto, nesse sentido, uma vez que já houve movimentação política no sentido de emancipação de distritos como os de Piquiri no município de Nísia Floresta (ALRN, 2013), Agrovila Maísa, no município de Mossoró; Soledade, no município de Apodi; São Geraldo, no município de Caraúbas; Diogo Lopes, no município de Macau e São Bernardo, no município de Luiz Gomes (CASTRO, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios são o cerne do poder político local a nível de Estado. No Brasil houve a criação de muitos municípios e no Rio Grande do Norte não foi diferente. Ao longo da criação do território potiguar houve acordos e acertos políticos no sentido da manutenção de poder, por meio da criação e fragmentações municipais.

Durante o século XX foram criados a maioria dos atuais 167 municípios que configuram o território potiguar. A partir da cartografia dos atuais limites municipais, num

Estado territorialmente pequeno, pode-se inferir que a fragmentação nem sempre reflete as ansiedades da população local, mas sim, a vontade política de poderosos locais.

Até a década de 1970 manteve-se os limites municipais definidos em anos anteriores, mas nas duas últimas décadas do século XX criaram-se mais 17 novos municípios, especialmente na década de 1990, em período posterior à promulgação da Carta Magna de 1988.

Em algumas áreas do território norte-rio-grandense há, ainda, o desejo latente de emancipação municipal. Esse processo ainda pode se desencadear, quando os políticos que dominam os municípios se virem na iminência de perderem suas influências sobre as populações locais.

O programa de geoprocessamento QGis, utilizado nesse trabalho para a elaboração de mapas, pode e deve ser bem aproveitado pela Geografia e a Cartografia na criação de mapas temáticos e ou outras representações cartográficas. Além disso é uma ferramenta gratuita e de fácil acesso.

REFERÊNCIAS

ALRN – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Criação de novo município é debatida na ALRN. Disponível em <http://www.al.rn.gov.br/portal/noticias/3222/criao-de-novo-municipio-debatida-na-alrn>. Acesso em: 04 nov. 2019.

ANDRADE, M. C. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Cooperativa Cultural, 1995.

BARBOSA, J. R. A. Formação territorial e oligarquias estaduais: notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense. **Revista Interface**. Porto Nacional, n.12, p.34-54, dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/index>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CACHATORI, T. L.; CIGOLINI, A. A. Emancipações municipais no Brasil: prognóstico sobre a continuidade da compartimentação do espaço em novos municípios. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v.7, n.1, p.730-747, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/index>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CARVALHO, A. I.; LESSA, S. N. Poder político e suas formas de territorialização: o contexto das emancipações municipais na região norte de Minas. **Anais... Encontro Regional da ANPUH** 18, jul. 2012, p.1-9.

CASCUDO, L. C. **Os nomes da terra**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASTRO, E. **Cinco distritos do RN lutam pela emancipação política.** Disponível em: <https://upanema.net/2013/06/cinco-distritos-do-rn-lutam-pela-emancipacao-politica/>. Acesso em: 04 nov. 2019.

CIGOLINI, A. A. A criação de municípios: uma ação transescalar resultado da relação sociedade e espaço. **Sociedade e Território**, Natal, n.29, n.1, p.71-83, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/index>. Acesso em: 10 out. 2018.

CIGOLINI, A. A. Ocupação do território e a criação de municípios no período Imperial brasileiro. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.14, n.1, p.7-19, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/index>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CIGOLINI, A. A. Ocupação do território e a geopolítica da criação de municípios no período colonial brasileiro. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n.38, p.53-72, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/index>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CIGOLINI, A. A. Território e criação de municípios: o significado teórico-político da compartimentação do espaço. **Ra'ega**, Curitiba, n.25, p.111-133, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/index>. Acesso em: 05 abr. 2018.

DANTAS, M. **Denominação dos municípios.** Mossoró: ESAM; Fundação Guimarães Duque, 1988. (Coleção Mossoroense, Série B, v.607).

DINIZ, M. T.; OLIVEIRA, A. V. L. C. Mapeamento das unidades de paisagem do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.38, n.3, p.342-364, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/index>. Acesso em: 09 jan. 2019.

DINIZ, M. T.; OLIVEIRA, A. V. L. C.; MAIA, R. P. Mapeamento geomorfológico do Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Geomorfologia**. São Paulo, v.18, n.4, p.689-701, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/index>. Acesso em: 09 jan. 2018.

DINIZ, M. T.; PEREIRA, V. H. C. Climatologia do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil: sistemas atmosféricos atuantes e mapeamento de tipos de clima. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.35, n.3, p.488-506, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/index>. Acesso em: 09 jan. 2018.

GOMES, R. C. C. A fragmentação do território no Brasil e a reprodução das relações de poder: uma leitura a partir do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v.27, n.1, p.231-250, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/index>. Acesso em: 05 abr. 2018.

GOMES, R. C. C. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases referenciais.** Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais.html>. Acesso em: 23, abr., 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rio Grande do Norte**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/informacoes-por-cidade-e-estado.html>. Acesso em: 09 jan. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990.

FELIPE, J. L. A.; CARVALHO, E. A.; ROCHA, A. P. B. **Atlas, Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006.

MAGALHÃES, J. C. Emancipação política-administrativa de municípios no Brasil. In: CARVALHO, A. X. Y.; ALBUQUERQUE, C. W.; MOTA, J. A.; PIANCASTELLI, M. (Orgs.). **Dinâmica dos municípios**. Brasília: IPEA, 2007. Cap.1, p.15-52.

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAIS, M. C. C. **Terras potiguares**. Natal: Dinâmica Editora, 1998.

NASCIMENTO, J. B. Processo de emancipação dos municípios do Tocantins. Manaus, **Revista Geonorte**, v.7, n.1, Edição Especial 3, p.1648-1662, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/index>. Acesso em: 05 abr. 2018.

RN – RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Complementar n. 102, de 10 de janeiro de 1992**. Dispõe sobre a criação e anexação de municípios, a anexação de territórios de um município a outro, os limites e a toponímia municipal, a criação de distritos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.rn.gov.br>. Acesso em 11 nov. 2018.

RODRIGUES, J. C.; SANTOS, R. F. B. A Geografia Política do Estado do Tocantins: análise da criação/emancipação de municípios tocantinenses. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v.2, n.1, p.21-35, jan./jul. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/index>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SOARES, F. M.; GIRARDI, L. H.O. Quadro do desmembramento dos municípios do Rio Grande do Norte. **Revista Geonordeste**. Aracaju, n.2, p.64-76, 1984.

SOUZA, A. D. Emancipações distritais e criação de municípios no Brasil após a Constituição Federal de 1988. **Revista GEOMAE** Campo Mourão, v.6, n.1 p.50-72. 2015. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae>. Acesso em: 05 abr. 2018.
